

ASPECTOS DA SUB-UTILIZAÇÃO INDIVIDUAL EM
ALGUMAS CIDADES DO CEARÁ

Autor: AECIO ALVES DE OLIVEIRA

Orientador: JOSÉ HAMILTON GONDIM SILVA

REGISTRO N.º 81452/76
BIBLIOTECA - UNIVERSITÁRIA
C. 271/76

Tese apresentada para obtenção
do grau de Mestre em Economia
ao Curso de Mestrado em Econo-
mia - CAEN da Universidade Fe-
deral do Ceará.

BCME-BIBLIOTECA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CURSO DE Mestrado EM ECONOMIA - CAEN

FORTALEZA

1976

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho foi apresentado ao Curso de Mestrado em Economia - CAEN, tendo em vista a obtenção do título de Mestre em Economia. Compõe-se das seguintes partes: 1) Introdução, onde são feitos alguns comentários gerais com relação ao problema do emprego/subemprego, bem como a colocação do problema aqui estudado; 2) Uma descrição suscinta da formação do setor urbano-marginal dentro do ambiente urbano geral; 3) A fundamentação teórica do problema da sub-utilização da força-de-trabalho de um indivíduo; 4) Constatações empíricas como um resultado de algumas questões levantadas com relação a um conjunto de características individuais, arbitrariamente escolhido, e a relevância destas características para o problema da sub-utilização; 5) Nesta parte são apresentados alguns comentários gerais, como um resultado da observação de outros dados colhidos pela pesquisa que deu origem a este trabalho, os quais serviram apenas de subsídios; 6) Finalmente, aparece relacionada a bibliografia utilizada.

Vale salientar que todos os juízos e opiniões emitidas são da inteira responsabilidade do autor.

SUMÁRIO

BCMB-BIBLIOTECA

	Pág.
1 - INTRODUÇÃO	4
2 - AMBIENTE URBANO E A FORMAÇÃO DO SETOR URBANO-MARGINAL.	8
2.1 - <u>Processo de Transferência Populacional</u>	8
2.2 - <u>Ambiente Urbano do Nordeste</u>	12
2.3 - <u>Setor Urbano-Marginal</u>	14
3 - ASPECTOS TEÓRICOS DA SUB-UTILIZAÇÃO	17
3.1 - <u>Uma Medida de Sub-Utilização</u>	24
4 - ASPECTOS EMPÍRICOS	27
4.1 - <u>Verificação Empírica</u>	28
4.2 - <u>Resultados dos Testes</u>	30
5 - COMENTÁRIOS FINAIS	38
6 - BIBLIOGRAFIA GERAL	43

1 - INTRODUÇÃO

Há algum tempo atrás o problema do crescimento populacional era colocado somente em termos da inadequação da oferta de alimentos. O problema toma agora novas conotações uma vez que o crescimento populacional aparece combinado à baixa utilização de recursos humanos e dietas alimentícias inadequadas.

Intimamente relacionado ao problema do crescimento populacional encontra-se o problema do aproveitamento de pessoas desejosas por uma ocupação. Apesar do desempenho positivo das economias em desenvolvimento, as oportunidades de emprego não seguiram o mesmo caminho, principalmente no setor urbano. Isso fez com que algum esforço de pesquisa fosse dirigido no sentido de acentuar o emprego como objetivo principal da política econômica, a fim de eliminar a disparidade entre o crescimento da força-de-trabalho e das oportunidades de emprego, num período de tempo mais curto possível.¹

Modernamente a preocupação tem aumentado ainda em virtude do desemprego aparecer combinado a uma situação de baixa utilização produtiva da capacidade humana. O fenômeno da sub-utilização, muito embora possa existir em qualquer setor ou atividade, tem-se revelado mais pernicioso junto ao setor urbano. Isso faz estremecer os alicerces das teorias de desenvolvimento econômico que advogam as transferências de mão-de-obra do setor rural para o setor urbano, nas economias em desen

¹ A. Bhagwat, em "Main Features of the Employment Problem in Developing Countries", apresenta a dimensão do problema através de estimativas e projeções nas principais partes do mundo. Mostra que a preocupação é atribuída às elevadas taxas de crescimento da força-de-trabalho que não são acompanhadas pelas oportunidades de emprego.

volvimento.² Essas transferências populacionais serão um elemento muito importante na composição da oferta de trabalho urbana, porém poderão contribuir para o agravamento do problema de como absorver contingentes adicionais em atividades produtivas neste setor.

De um modo geral a quantidade de mão-de-obra disponível (força-de-trabalho) de uma economia é dada pelo tamanho da população, sua taxa de crescimento e distribuição por sexo e idade. Essa disponibilidade está diretamente relacionada à mortalidade, natalidade e migração externa. Além disso pode receber influência de variáveis consideradas exógenas, de natureza tecnológica, como é o caso de descobertas de novos produtos medicinais que diminuem a mortalidade. Quando tomamos a economia subdividida em dois setores, urbano e não urbano, um outro fenômeno tem merecido especial atenção com importância capital para a formação da força-de-trabalho de cada um. Além das variáveis mencionadas acima, aparece uma outra denominada migração interna que é o resultado líquido dos movimentos populacionais entre os dois setores. Nos dias atuais esse resultado líquido tem favorecido sobremaneira ao setor urbano provocando problemas sociais bem conhecidos. Dentre estes situa-se o problema da subutilização de recursos humanos, amplamente conhecido pelos qualificativos de sub-emprego, "visível" e "invisível" ou desemprego disfarçado, existente nas áreas urbanas.

O que antes se constituía uma preocupação pura e simples com a criação de novas oportunidades de emprego, tem ago

²P.N. Rosenstein-Rodan, "Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe", The Economic Journal; Vol. LII (1943); R. Nurkse, "Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries", Oxford (1957); W.A. Lewis, "Economic Development With Unlimited Supplies of Labour", Manchester School of Economic and Social Studies, Vol. XXII (1954). Tomavam o problema do sub-emprego como sendo algo semelhante a excedente de trabalho no sentido de mão-de-obra com produtividade marginal nula ou quase nula. Ver também outras citações Bibliografia Geral.

ra um aspecto adicional, que é uma adequada utilização dos re cursos humanos colocados em operação. Dessa preocupação começou a surgir um redobrado esforço de pesquisa dentro da linha "migração e desemprego urbano",³ chamando atenção, principalmente, para uma situação particular, que é o sub-emprego. A migração interna tem aparecido como um fator fundamental para o problema.

O fenômeno da migração e a sua importância na formação do ambiente urbano tem sido refletido pela sua elevada contribuição ao crescimento da população urbana, combinada ao fato de que os indivíduos migram no período mais produtivo de suas vidas. Além disso, torna possível o aparecimento de uma situação de utilização de mão-de-obra extremamente improdutiva, pelo crescente aumento de indivíduos empregados em atividades de baixa produtividade e pela pouca significância dos efeitos diretos e indiretos dos setores mais dinâmicos na geração de novos empregos. O novo ambiente urbano caracteriza-se agora pela existência de excedente de mão-de-obra e movimentos populacionais. O excedente de mão-de-obra também é redefinido e significa não somente pessoas em busca de emprego, mas ainda pessoas empregadas em atividades de baixa produtividade.

Dada a grande importância do fenômeno da migração da formação do ambiente urbano, apareceram várias tentativas teóricas para analisar a racionalidade dos indivíduos denominados migrantes.⁴ O que se pode tirar dessas tentativas é

³ A referência aqui feita diz respeito, principalmente, aos trabalhos de M.P.Todaro e de Harris-Todaro: "A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries", The American Economic Review, Vol.LIX, Nº 1, março 1969 e "Migration, Unemployment: A Two-Sector Analysis, The American Economic Review, Vol.LX, março 1970. Outras referências podem ser vistas na Bibliografia Geral.

⁴ Ver Harris-Todaro, Larry Sjaastad e outras referências na Bibliografia Geral.

que as generalizações sofrem uma forte limitação dada pelas peculiaridades locais onde o fenômeno se desenrola. Na verdade essas tentativas não perdem sua validade, tendo em vista que o fenômeno é universal, embora não o sejam as justificativas do seu desenrolar.

Dentro do contexto exposto, o presente trabalho pretende: 1) descrever a formação do ambiente populacional urbano, em particular do setor urbano-marginal; 2) rever os conceitos correntes de desemprego e sub-emprego; e, 3) analisar a interação da sub-utilização e algumas características individuais. As informações (dados) utilizados são referentes ao setor urbano-marginal do Nordeste do Brasil, principalmente coletadas pela pesquisa "Sub-Utilização de Recursos Humanos em Áreas Urbano Marginais Seleccionadas do Nordeste", desenvolvida por centros de pesquisas de Salvador, Recife, Natal, Fortaleza, sendo que somente os dados para o Ceará serão analisados.

BCME - BIBLIOTECA

2 - AMBIENTE URBANO E A FORMAÇÃO DO SETOR URBANO MARGINAL

O ambiente urbano, referido no título desta seção, diz respeito principalmente ao modo de operação do mercado de trabalho deste setor. A preocupação inicial estará voltada para uma economia caracterizada por dois setores - urbano e rural - e para a descrição simplificada de um processo de transferência populacional, principalmente constituído de pessoas produtivas. Em seguida, o mercado de trabalho do setor urbano será subdividido em setor moderno e setor "marginal",⁵ sendo o primeiro constituído, geralmente, de mão-de-obra "qualificada" e o segundo, de mão-de-obra "não qualificada". Não se pretende definir com exatidão ambos os mercados e as denominações utilizadas servirão apenas para facilitar a descrição da formação do setor urbano-marginal.

2.1 - Processo de Transferência Populacional

Análises de estruturas populacionais de economias subdesenvolvidas chamam a atenção para o fato da mudança de uma comunidade predominantemente rural para uma com a maioria da população do setor urbano. Tem-se tentado, também, relacionar a urbanização com o processo de industrialização, embora

⁵ O presente trabalho usou a mesma metodologia adotada pela pesquisa "Sub-Utilização de Recursos Humanos em Áreas Urbano-Marginais Seleccionadas do Nordeste" para a definição do setor marginal. O critério utilizado foi baseado na tipologia habitacional, considerando-se apenas as áreas predominantemente de domicílios do tipo rústico (como definido pelo Censo Demográfico). Ver relatório da referida pesquisa apresentado no II Encontro Anual de Economistas, patrocinado pela Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia, em Belo Horizonte-MG (outubro de 1974).

não exista necessariamente uma relação de causa e efeito. É certo que a industrialização inicia-se normalmente nas cidades, e isto pode provocar um processo de transferência de contingentes das zonas rurais para as urbanas. Não é certo, porém, que uma maior percentagem de população concentrada nas cidades implique necessariamente que a comunidade tenha um maior grau de industrialização, em virtude da possibilidade de se formar um sub-setor urbano composto, principalmente, de mão-de-obra "não qualificada", que estamos chamando de "marginal".

Admitindo as contribuições externas ao crescimento populacional pouco significante, pode-se pensar que o crescimento da oferta de mão-de-obra (urbana) é constituído pelo crescimento natural da força-de-trabalho e por uma parcela do resultado líquido dos movimentos populacionais entre os setores rural e urbano. Supondo que haja um esforço de industrialização no setor urbano, isto poderia implicar num crescimento da demanda por mão-de-obra especializada, o que favoreceria a marginalização de trabalhadores "não qualificados". Desse modo, as forças de mercado podem atuar no sentido de tornar menos elástica a relação entre absorção de mão-de-obra e investimento, fazendo com que os investimentos sejam dirigidos principalmente para atividades intensivas no uso de capital.⁶ Dado que as transferências populacionais das áreas rurais são compostas, geralmente, por indivíduos "não qualificados", os migrantes, na sua maioria, encontrariam (se é que encontram) ocupações em atividades marginais obtendo um nível de vida possivelmente abaixo daquele que possuíam no campo.

Admitamos, em seguida, que o salário real do setor urbano-moderno seja fixo, o mesmo não acontecendo para os

⁶ Ver, por exemplo, David T. Geithman e Cliff E. Landers, "Obstacles to Labor Absorption in a Developing Economy: Colombia, a Case in Point", Department of Economics, University of Florida.

setores urbano-marginal e rural. Esta suposição baseia-se no fato, muito embora as leis de salários mínimos refiram-se a salários nominais os reajustes proporcionais serviram para manter constante o poder de compra dos assalariados. E desde que existe uma série de dificuldades institucionais que não permitem a fiscalização da observância das leis de salários, tanto para o setor urbano-marginal como para o rural, é possível que haja alguma flexibilidade nos salários destes setores.

Sendo o salário real flexível no setor rural e existindo abundância de mão-de-obra, a competição necessariamente forçará os salários para seu nível de subsistência. Tal nível de subsistência será determinado de acordo com um padrão mínimo de vida estabelecido pela cultura e tradição do local, não implicando que não se possa viver abaixo desse nível de subsistência. Com relação ao salário real do setor urbano-marginal, este é suposto estar abaixo do nível de subsistência do setor rural.

Que justificativas poderiam ser dadas para a suposição de que o salário do setor urbano-marginal situa-se abaixo da subsistência do setor rural? Primeiro, sabe-se que o nível de vida do setor urbano-marginal é extremamente baixo, dado que lá "sobrevive-se" com uma baixa esperança de vida. A baixa esperança de vida pode ser facilmente detectada e é devida ao estado nutricional dos "sobreviventes" e à elevada incidência de doenças. Segundo, o setor rural tem uma vantagem natural de poder oferecer a seus indivíduos alguns bens a baixo custo, que lhes complementam a subsistência. Além disso, o alto grau de "paternalismo" característico deste setor permite algumas facilidades que pelo menos garantem alguma alimentação aos indivíduos. Finalmente, se assim não o fosse o setor rural tenderia a desaparecer.

Diante dessas justificativas como poderia haver incentivos à migração se o migrante corre o risco de ter uma diminuição no seu nível de vida? A racionalidade que se pode atribuir

buir quando um indivíduo decide migrar seria que ele teria oportunidade de fazer uso de bens considerados de utilidade pública, existentes nas cidades; possibilidades de educação para si e para seus dependentes (se for o caso); e chances de melhoria de vida, após um certo período de adaptação. Essas possibilidades de sucesso futuro estariam então motivadas pelo considerável diferencial de salário real "esperado" em relação ao setor moderno.

Dentro dessas suposições, haverá um contínuo incentivo para os trabalhadores tentarem entrar no mercado de trabalho do setor moderno. Abstraindo-se dos diferentes níveis de qualificação da mão-de-obra, poderíamos considerar a oferta de trabalho urbana como sendo infinitamente elástica ao salário real mínimo vigente, visto ser este salário a melhor alternativa para os indivíduos. O diferencial de salário, tanto para aqueles remanescentes no setor urbano-marginal, como para aqueles no setor rural operaria, portanto, como um primeiro incentivo para que a mão-de-obra do setor urbano-marginal almeje uma ocupação no setor urbano-moderno e que ocorram movimentos populacionais do setor rural para o setor urbano. Se o setor urbano moderno não for capaz de absorver todo o contingente, poderá ocorrer um aumento no nível de desemprego aberto (se houver) no setor urbano. Se os migrantes não retornam aos locais de origem, onde pelo menos teriam o nível de subsistência, deverão formar um grupo economicamente marginal, possivelmente com um nível de vida abaixo dos padrões estabelecidos pela sociedade urbana.

A escolha pelo setor urbano-marginal só seria, então, racional se os indivíduos alimentassem a esperança de obter um nível de vida superior àquele ora oferecido pelo campo. Esta esperança seria justificada pela possibilidade de um indivíduo obter melhores qualificações para si e seus dependentes (se for o caso).

Deixando de lado os custos de transferência, podemos descrever o processo de transferência populacional anali

sando as informações que um migrante típico é suposto possuir. Um indivíduo típico, no setor rural, visualizaria, não só a diferença salarial entre o setor moderno rural, como também a chance de não encontrar um emprego permanente em tal setor, sendo forçado, neste último caso, a engrossar as fileiras do setor urbano marginal.

O processo migratório descrito acima parece admitir uma racionalidade exagerada para um indivíduo de origem rural. O indivíduo típico é suposto fazer cálculos atualizados de rendas futuras ganhas de um emprego permanente e, ainda, comparar esses valores com aquelas rendas que teria se ficasse no campo. O indivíduo típico age como se ele tivesse um objetivo definido, tal qual o consumidor ou o empresário, dentro da teoria microeconômica. Na verdade precisaríamos conhecer muito mais o setor de origem do indivíduo e/ou da família; suas condições econômicas; os fatores que estariam influenciando a decisão de migrar tanto no local de origem como no local de destino, e uma série de outros aspectos que não precisam ser enumerados. Pelo menos o processo descrito satisfaz aos propósitos estabelecidos no início e serve para justificar alguns pontos aparentemente controversos, quais sejam: i) um alto fluxo migratório na presença de um considerável volume de subemprego e desemprego no setor urbano; ii) um baixo fluxo migratório na presença de uma diferença salarial persistentemente elevada; iii) um nível de vida no setor urbano-marginal abaixo do setor rural e uma elevada migração concomitante.

BCME-BIBLIOTECA

2.2 - Ambiente Urbano do Nordeste

O processo de urbanização do Nordeste tem-se mostrado mais intenso na década de 1960/70. Muito embora de 1950 a 1960 tenha havido forte emigração da Região para o Centro-Sul do País, nos anos sessenta esse fenômeno diminuiu significan

temente.⁷

Estimativas a respeito do crescimento da força-de-trabalho urbana e da força-de-trabalho da Região como um to do dão conta de que aquela vem crescendo a uma taxa que é o do bro, com relação à Região, e tres vezes o crescimento de força-de-trabalho rural.⁸

Tomando a composição do produto interno do Nor deste observa-se que cerca de 40% do produto é gerado pelo se tor rural, 10% pelo setor indústria e o restante pelo setor ser viços. Isso equivale a dizer que o produto gerado no setor urba no apresenta-se com uma participação de 83% do setor serviços e 17% do setor indústria. A própria dimensão do setor serviços, re lativamente no setor indústria dá algum indício de que este se tor tem sido a mais consistente fonte de emprego urbano. A polí tica de incentivo (notadamente para a indústria) tem produzido alguma modificação na composição do produto. Não há dúvidas de que esses aumentos na produção industrial têm contribuído para o crescimento do emprego no setor serviços, através de efeitos indiretos, muito embora a fonte de crescimento do emprego mais importante possa ser outra.⁹ A evidência parece indicar que es se crescimento deve-se em grande parte às próprias condições ge radas no setor: aumento natural das necessidades por serviços e

BCME-BIBLIOTECA

⁷ Goodman e Cavalcanti, no trabalho "Incentivos à Industrializa ção e Desenvolvimento do Nordeste", apresentam as taxas de cres cimento da população total para a Região e para o Brasil. Na dé cada de 1950 as taxas foram de 2,1% e 3,1%; na década de 1960 foram de 2,5% e 2,9%. Milton da Mata e outros, no trabalho "Mi grações Internas no Brasil", apresentam algumas estimativas que podem reforçar também a intensificação do processo de urbaniza ção da Região.

⁸ Goodman e Cavalcanti, citado anteriormente.

⁹ Rubens Costa, "Desenvolvimento Regional, Balanço de uma Década" Revista Econômica do Nordeste, BNB, Ano V, N° 19 (Fortaleza), Jan/Mar de 1974.

aumento no volume de serviços provocados por um maior número de pessoas desempenhando essas atividades. No primeiro caso pode ría haver um aumento de salários e no segundo, o inverso.

Tomando o caso particular do setor urbano- marginal, além das condições apresentadas acima, haveria um fenôme no denominado "inchação" do volume de emprego, provocada pelo excesso de oferta, onde é possível um maior número de pessoas prestar um volume fixo de serviços, sem alteração nos preços desses serviços. Neste caso os indivíduos prestariam os mesmos servi ços, diminuindo as horas efetivas de trabalho de cada um. Isso não vai significar que esses indivíduos têm produtividade marginal zero, pois mostra que é possível a substituição entre número de pessoas trabalhando e horas de trabalho de cada indiv íduo.¹⁰

Levando-se em conta o desemprego e sub-emprego já existentes nas cidades e a fonte potencial provida pela migração rural-urbana isso acarretará sérias implicações sobre o bem estar geral, distribuição de renda e produtividade, principalmente daquele setor que é responsável pela absorção desses contingen tes adicionais.

2.3 - Setor Urbano-Marginal

O propósito da presente secção é muito mais cara cterizar e identificar algumas forças que operam na manutenção do setor urbano-marginal de que mostrar com exatidão como ele se originou.

Num dado instante, a população do setor rural da economia prevalece, relativamente, à população do setor urbano .

¹⁰ José Hamilton Gondim Silva, "Sub-Utilização de Recursos Humanos: Aspectos Teóricos", Estudos Econômicos - IPE/USP. Vol. 4 Nº 01 (1974).

Nessa situação poderíamos pensar num setor rural-marginal constituído por pessoas desempregadas ou, em geral, situadas nos perfís de renda mais baixos da comunidade rural. Baixa renda seria, portanto, uma primeira característica do termo "marginal".

Supondo a existência de transferência populacional do setor rural para o setor urbano, somando-se a isso o crescimento natural da força-de-trabalho deste setor, poderíamos pensar agora que contínuas transferências ocasionariam um limite, a partir do qual, o mercado urbano apresentaria um volume de desemprego considerável, provocando o aparecimento de atividades "economicamente marginais" que viriam aliviar as pressões sociais do desemprego.

Um esforço de industrialização empreendido no setor urbano exigiria uma força-de-trabalho mais bem qualificada, ao mesmo tempo que poderia acelerar o processo de transferência. O novo ambiente exerceria algum efeito de atração sobre os indivíduos remanescentes no setor rural e sobre aqueles engajados em atividades "marginais". Essa nova situação dará origem a uma subdivisão do setor urbano: setor urbano-moderno e setor urbano marginal. Os mercados de trabalho correspondentes seriam distintos com relação, principalmente, às peculiaridades próprias do mercado de trabalho do setor urbano-marginal. As dificuldades institucionais na fiscalização das leis de salários, permitindo alguma flexibilidade dos salários, constitui-se a principal diferença entre os mercados. A não observância das leis de salários e a abundância de indivíduos "não qualificados" ou com "baixa qualificação" permitem-nos pensar uma oferta de mão-de-obra perfeitamente elástica para o setor urbano-marginal.

Um esquema gráfico simples poderá ajudar a caracterizar as forças que operam para a manutenção do setor urbano marginal. Admitamos que exista um certo mínimo de subsistência, m, compatível com o que a sociedade local aceita como padrão mínimo de vida humana. Num primeiro instante, suponhamos que não exista desemprego em ambos os mercados de trabalho do setor ur

bano.

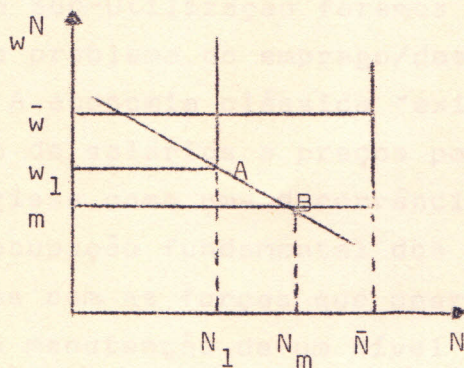


Figura 1 - Mercado de Trabalho do Setor Urbano-Marginal

No eixo vertical está medido o salário real individual por período de tempo e no horizontal a mão-de-obra (ou serviços da mão-de-obra). Quando toda a força-de-trabalho N_1 , está empregada \bar{w} é o salário prevalecente no setor urbano-moderno e w_1 o salário prevalecente no setor urbano-marginal. Essa situação é representada pelo ponto A.

O ponto B representa uma situação provocada por transferências de pessoas liberadas tanto pelo setor urbano-moderno, como pelo setor rural, sendo \bar{N} a força-de-trabalho total, para o setor urbano-marginal, após as transferências.

As transferências de pessoas do setor urbano-moderno poderiam ser uma decorrência de incentivos que favorecem ao uso de técnicas capital-intensivo. As transferências de pessoas do setor rural seguiriam todo o processo migratório já descrito anteriormente. A situação final mostrada pelo ponto B, representa um estado de deterioração geral de recursos humanos: de semprego aberto, baixo nível de utilização de recursos humanos e precárias condições de vida, tanto para a força-de-trabalho \bar{N} como para os elementos considerados fora da força-de-trabalho.

3 - ASPECTOS TEÓRICOS DA SUB-UTILIZAÇÃO

Antes de focalizar mais especificamente os aspectos teóricos da Sub-Utilização faremos uma breve retrospectiva da abordagem do problema do emprego/desemprego.

A economia clássica "exigia" que fosse garantida a flexibilidade de salários a preços para que a situação de pleno emprego surgisse como uma decorrência natural das forças de mercado. A preocupação fundamental dos Clássicos não era com o emprego em si, mas com as forças que operavam no sistema econômico garantindo a manutenção de um nível de produto que poderia ser produzido na presença de uma situação de pleno emprego. Muito embora admitissem a possibilidade de desemprego, isto ocorreria somente como um resultado de distúrbios esporádicos.¹¹ Em geral, apenas o desemprego voluntário era possível. Dentro desse arcabouço analítico pouco ou nada se pode dizer a respeito da sub-utilização da força-de-trabalho.

O ataque Keynesiano surgiu de maneira frontal, dirigindo-se principalmente aos alicerces da teoria clássica, mostrando que era possível a existência de desemprego involuntário. Para Keynes, poderia existir pleno emprego somente em caso muito particular.

Dado que, tanto os Clássicos como Keynes, colocavam o problema do emprego num nível agregado é impossível inferir-se alguma coisa acerca da sub-utilização de um indivíduo.

Outros estudiosos procuraram, posteriormente, dar um novo dimensionamento ao problema do subemprego. Mesmo assim, restaram sérias dificuldades de ordem conceitual operacionalmen

¹¹ Ver, por exemplo, Everett E. Hagen, "The Classical of the Level of Output and Employment", Readings in Macroeconomics e ditado por M.G. Muller.

te utilizável. Resenstain-Rodan, R. Nurkse e A. Lewis tomavam o problema como sendo algo semelhante a excedente de mão-de-obra na agricultura e admitiam tacitamente a hipótese da produtividade marginal igual a zero. Neste caso dizer que um indivíduo em empregado está sub-utilizado é a mesma coisa que dizer que ele tem produtividade nula.

O que se tem tentado fazer hoje em dia com relação à sub-utilização de recursos humanos é procurar detectar alguns aspectos particulares do problema, haja visto a diversidade dos conceitos utilizados. Os procedimentos usuais tem sido definir sub-utilização a partir de um padrão prefixado e suposto ser desejável por todos. Através desses enfoques são considerados sub-empregados todos os indivíduos que trabalham um número de horas menor do que um certo limite prefixado ou recebem um salário inferior a um mínimo estabelecido. A fixação de um número de horas de trabalho mínimo não leva em conta as preferências individuais: um indivíduo pobre pode querer trabalhar mais horas (e na verdade o faz) para prover a subsistência da família ou um outro indivíduo pode estar satisfeito em trabalhar um número de horas menor de que aquele prefixado. A fixação de um certo salário mínimo parece significar que o problema de sub-utilização é encontrado somente junto às camadas de renda baixa. Além dessas críticas, os conceitos de sub-utilização comumente utilizados não apresentam qualquer fundamentação teórica de sua razão de ser.

Os fundamentos microeconômicos, por outro lado, permitem explorar teoricamente um possível conceito de sub-utilização de um indivíduo. Dada a função utilidade de um indivíduo, dependendo da renda real e do lazer, sua maximização daria origem a uma relação entre salário real por hora e horas de trabalho que o indivíduo estaria disposto a perfazer.

Dada a oferta individual, a oferta agregada é facilmente determinada. Conhecido o salário real por hora, determina-se quantas horas o indivíduo está disposto a trabalhar e

daf a sua renda individual. Conhecido o salário real por individuo procura-se determinar quantos indivíduos estão dispostos a trabalhar a esse salário. Supondo que todos os indivíduos são idênticos a oferta de mão-de-obra seria perfeitamente elástica, ao salário individual dado.

Até aqui nota-se claramente a existência de duas curvas de oferta: uma individual e outra agregada. Naturalmente que se confrontando estas ofertas com as demandas correspondentes, teríamos determinadas as variáveis relevantes: salário real por hora, horas efetivas de trabalho, renda real individual e número de pessoas empregadas. Desse relacionamento entre as curvas poderemos ter alguns desvios da posição ideal do indivíduo, posição esta que representaria a realização total de expectativas. Então, com estes instrumentos é possível detectar uma situação, onde existe tanto desemprego como sub-emprego, compatível com o comportamento racional dos agentes econômicos.¹²

A figura abaixo serve para ilustrar uma situação onde vai existir sub-utilização em termos de horas de trabalho. No eixo vertical mede-se a renda individual e no horizontal as horas de trabalho, tomadas num mesmo período de tempo.

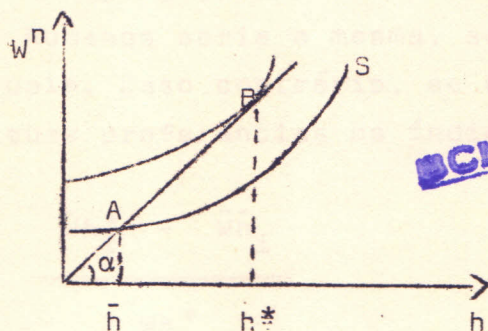


Figura 2 - Sub-Utilização em Termos de Horas

¹²Ver nota 10.

A curva S define um limite mínimo no mapa de in diferença, representando o mínimo de consumo requerido para que um certo esforço de trabalho seja realizado.¹³ A $tg\alpha$ representa o salário real por hora, \bar{w} , oferecido.

Se ao indivíduo fosse permitido escolher o número de horas de trabalho ao salário-hora oferecido ele desejaria trabalhar h^* , em B. Se, no entanto, as horas de trabalho são fixadas institucionalmente, em \bar{h} , a competição forçaria necessáriamente o "equilíbrio" para o ponto A e a diferença $h^+ - h^-$ mediria a sub-utilização do indivíduo. Multiplicando-se a diferença entre horas desejadas e horas efetivas por \bar{w} , teremos a renda perdida dada por

CCNE-BIBLIOTECA

$$\bar{w}h^* - \bar{w}\bar{h}$$

Em termos relativos a sub-utilização seria dada por

$$\frac{\bar{w}h^* - \bar{w}\bar{h}}{\bar{w}h^*}$$

A ilustração acima corresponde a uma situação em que um indivíduo considerado empregado estaria sub-utilizado. Pensando em termos de agregação, a medida relativa da sub-utilização de recursos humanos seria a mesma, supondo que todos os indivíduos são iguais. Caso contrário, se os indivíduos diferem com relação às suas preferências os índices individuais e agregado seriam

$$\frac{\bar{w}h_i^* - \bar{w}\bar{h}_i}{\bar{w}h_i^*}$$

¹³ Idem, idem.

$$\frac{\sum_i (\bar{w}h_i^* - \bar{w}\bar{h}_i)}{\sum_i \bar{w}h_i^*}, \quad i = 1, 2 \dots \bar{N}$$

$\bar{N} = \text{total de empregados}$

Uma outra circunstância em que um indivíduo en contra-se sub-utilizado é aquela caracterizada pelo total desem prego, que é mostrada pela figura seguinte. No eixo vertical es tá medida a renda individual e no horizontal o número de pes soas.

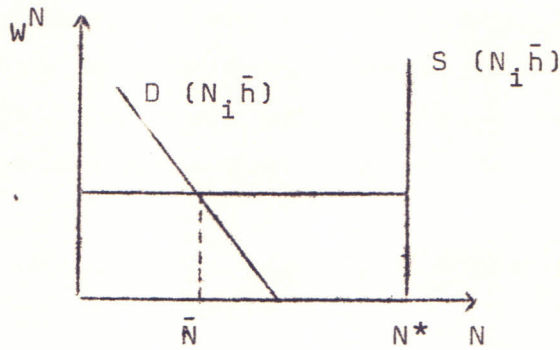


Figura 3 - Sub-Utilização em Virtude do Total Desemprego

As curvas de oferta e demanda são traçadas supondo o número de horas de trabalho fixados institucionalmente. O desem prego aber to é medido pela diferença $N^* - \bar{N}$ onde N^* é a força-de-trabalho da economia e \bar{N}^* o emprego.

Um indivíduo desempregado estaria disposto a tra balhar h^* horas, ao salário-hora. Sua "renda perdida" é igual a $\bar{w}h^*$ e a sub-utilização relativa igual a um. Para a economia, a renda perdida provocada pelo desemprego aberto é igual a

$$(N^* - \bar{N}) \bar{w}h^*$$

Tomando-se agora a força-de-trabalho como um to

do, os índices de sub-utilização e agregado seriam

$$\frac{\bar{w}h_i^* - \bar{w}\bar{h}_i}{\bar{w}h_i^*} \quad e \quad \frac{\sum_i (\bar{w}h_i^* - \bar{w}\bar{h}_i)}{\sum_i \bar{w}h_i^*}$$

onde 1, 2 \bar{N} , $\bar{N} + 1, \dots N^*$

SCME-BIBLIOTECA

Sendo todos os \bar{h}_i indexados por $\bar{N} + 1, \dots N^*$ iguais a zero.

As situações mostradas referem-se a um aspecto particular do fenômeno da sub-utilização: o indivíduo está trabalhando menos horas do que deseja ou não está trabalhando. Outros aspectos deixaram de ser considerados. Por exemplo, a sub-utilização advinda do fato de um indivíduo com certa qualificação ser "obrigado" a exercer uma atividade cuja produtividade é mais baixa de que aquela que teria se estivesse utilizando sua capacidade.

Como já foi frisado, a sub-utilização de um indivíduo não se restringe somente ao caso em que ele trabalha menos do que deseja ou não se encontra trabalhando. A figura seguinte pode ilustrar uma situação em que um indivíduo encontra-se exercendo uma atividade que exige menos qualificação que a sua. Mesmo reconhecendo-se ser bastante difícil medir a diferença de qualificação, tomaremos essa diferença medida através do salário que o indivíduo faria jús, caso desenvolvesse sua verdadeira capacidade.

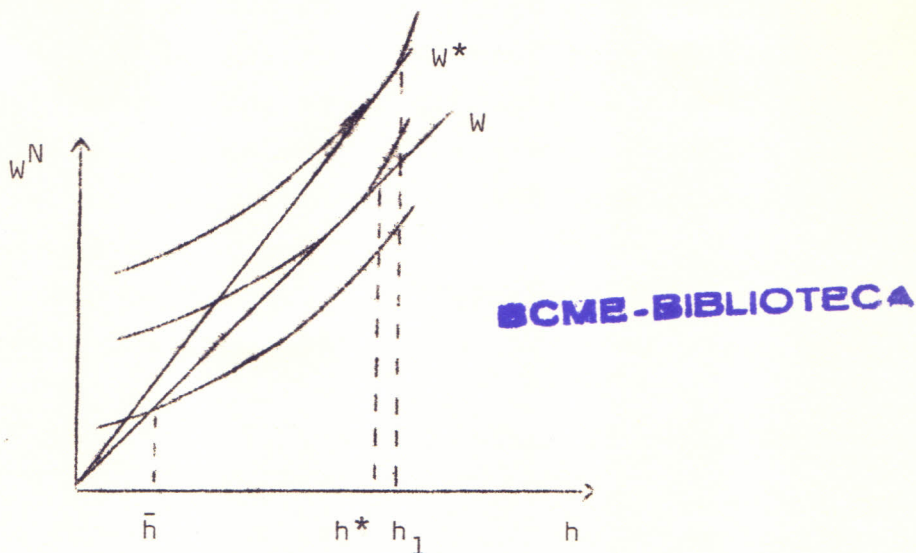


Figura 4 - Sub-Emprego de Qualificação

Denominaremos W^* salário real por hora "característico" (ou simplesmente salário característico) aquele salário adequado para a qualificação de um indivíduo. Naturalmente que a esse salário o indivíduo desejaria trabalhar h_1 horas e sua renda seria W^*h_1 . Se ele é "obrigado" a aceitar \bar{W} e, ainda, o regime de trabalho fixado institucionalmente, sua renda efetiva será $\bar{W}\bar{h}$. A diferença $W^*h_1 - \bar{W}\bar{h}$ vai significar a "renda perdida" pelo indivíduo em virtude de ele se encontrando fora da atividade para qual é mais apto e um número de horas menor do que o desejado (dado pelo salário caracteristico). A perda de renda relativa será dada por:

$$\frac{W^*h_1 - \bar{W}\bar{h}}{W^*h_1}$$

Dada a fundamentação feita nos parágrafos anteriores é possível emitir-se um conceito que poderá incluir os

aspectos mais gerais da sub-utilização de um indivíduo.

"Será considerado sub-utilizado um indivíduo que trabalha um número de horas menor do que deseja e/ou se trabalha numa atividade cuja produtividade é mais baixa do que aquela para qual se encontra mais apto e ainda que se encontra totalmente desempregado,"¹⁴

A possibilidade da inclusão dos tipos mais gerais de sub-utilização pelo conceito acima, pode ser vista como segue:

- 1) a sub-utilização levando em conta as preferências individuais;
- 2) a sub-utilização devida ao total desemprego;
- 3) a sub-utilização devido ao caráter sazonal de certas atividades.

Este último caso seria caracterizado por uma situação em que, durante algum tempo, os indivíduos são automaticamente desligados do processo produtivo e nesse intervalo procuram ocupações que, pelo menos garantam suas subsistências. Este fenômeno é característico de economias de subsistências e algo semelhante ao que ocorre nas indústrias de construção civil e de beneficiamento de bens primários, em geral. Daí surge a possibilidade desses indivíduos serem engajados em atividades de baixa produtividade com salários aquém daqueles recebidos normalmente nas suas atividades de origem.

3.1 - Uma Medida de Sub-Utilização

O conceito de sub-utilização emitido acima leva em conta um (ou mais) dos seguintes aspectos:

- i) dado o salário real por hora, o indivíduo está trabalhando menos horas do que deseja,

¹⁴ Idem, idem.

por período de tempo;

ii) o indivíduo está engajado numa atividade com produtividade mais baixa do que se estivesse trabalhando na atividade que utiliza suas reais qualificações;

iii) o indivíduo está desempregado.

A sub-utilização definida dessa maneira descarta a hipótese da produtividade marginal nula e será refletida pela perda de renda numa ou mais das situações apresentadas. Em virtude da dificuldade de se conhecer a produtividade marginal dos indivíduos nas várias atividades, o salário (mesmo que nominal) dará uma aproximação para a medida.

Para um indivíduo, sub-utilização será a medida da renda perdida em relação a renda "característica". (*) Isso corresponde a

$$I_i = \frac{Y_i - \bar{Y}_i}{Y_i}$$

BCME-BIBLIOTECA

onde Y_i representa a renda "característica" e \bar{Y}_i a renda efetiva, para um mesmo período de tempo.

As dificuldades para o cálculo do índice referem-se a estimativa da renda "característica". Para tanto seria necessário não somente o indivíduo conhecer suas preferências, como suas reais qualificações. No entanto, o indivíduo pode ter condições de saber a respeito da renda de outra(s) pessoa(s) com as mesmas qualificações que ele, sendo determinada sua renda "característica" a partir da formulação da pergunta, "quanto uma pessoa geralmente ganha fazendo o mesmo tipo de trabalho que o seu?"

(*) O termo "característico" é utilizado no sentido de que o indivíduo estaria trabalhando exatamente o número de horas desejadas e numa atividade que corresponde a seu nível de qualificação.

Sobre a validade da informação só haveria dúvida se pensada de um prisma individual. Essa medida de renda "característica" não representaria a remuneração "normal" para uma certa categoria ocupacional. Dado que a avaliação de cada indivíduo não deverá coincidir é possível que os erros sejam compensados, com um maior número possível de observações estatísticas. Além disso não seria preciso um esforço adicional para se conseguir uma renda "característica" para cada categoria ocupacional e, atribuir esse valor, conforme a ocupação do indivíduo.¹⁵

O índice apresentado ilustra algumas situações, como segue:

- 1) Se um indivíduo está plenamente utilizado o índice será igual a zero. Isto significa que sua renda efetiva é aquela correspondente às preferências e qualificações.
- 2) Se o índice é igual a um significa que o indivíduo está totalmente desempregado.
- 3) Os valores intermediários corresponderiam aos aspectos (i) e/ou (ii) do conceito de sub-utilização.

BCME-BIBLIOTECA

¹⁵É interessante chamar atenção para os primeiros resultados da pesquisa citada na nota 5. A renda "característica" poderia ser superestimada, "... visto que, geralmente somos levados a nos super-valorizar. Entretanto, ... para as áreas urbano-marginais estudadas, este não foi o caso." (Relatório Preliminar, p. 29.)

4 - ASPECTOS EMPÍRICOS

O índice de sub-utilização apresentado nas consi
derações teóricas é uma relação entre a posição efetiva e a po
sição ideal de um indivíduo. O termo "ideal" envolve uma série
de complicações que para evitá-las tomamos duas referências al
ternavativas. Primeiro, consideramos a renda ideal como sendo a
quela declarada pelo indivíduo que na sua concepção seria o "nor
mal" para sua categoria ocupacional. Isto é, é a renda que nas
condições atuais de mercado ele acha que seria capaz de obter.
Segundo, consideramos a renda "ideal" como sendo aquela que as
autoridades governamentais consideram como mínimo necessário pa
ra um trabalhador, isto é, o salário mínimo. (*)

As referências dariam origem a duas medidas: uma
medindo o grau de sub-utilização de acordo com aquilo que o in
divíduo "entende" ser sua situação no mercado de trabalho; a ou
tra, de acordo com aquilo que a "sociedade" entende ser o míni
mo necessário. Claramente a primeira referência poderá refletir
também (ou muito mais) o nível de aspiração individual, de tal
maneira que o índice obtido será uma mistura de aspiração/sub
utilização.

Resta investigar a respeito da metodologia de co
leta. Para a renda efetiva individual não foi considerada aque
la parte não pecuniária. Para renda "ideal" utilizamos a infor
mação a partir de cada indivíduo que expressava quanto, em mé
dia, alguém executando um mesmo tipo de trabalho recebe de salá
rio, que corresponde à primeira alternativa proposta anterior
mente.

As duas medidas alternativas significam dizer o
seguinte:

(*) O salário mínimo da época do levantamento dos dados (1973)
era Cr\$ 210,00.

- i) sempre que a renda "ideal" declarada for maior do que a efetiva o indivíduo estará sub-utilizado;
- ii) sempre que a renda "ideal" declarada for menor do que o salário mínimo da época do levantamento, o indivíduo também estará sub-utilizado.

As características individuais escolhidas formam um conjunto de questões que deverão ser respondidas através de um modelo, onde o índice de sub-utilização será a variável dependente e as características as variáveis independentes. O objetivo será o de verificar as questões que se seguem:

- 1) Qual a influência de tempo de vida na cidade na sub-utilização de um migrante?
- 2) Qual a relevância do sexo?
- 3) Quais os efeitos da educação formal?
- 4) O fato de um indivíduo "marginal" ser migrante tem alguma influência negativa na sua condição econômica?
- 5) A idade tem alguma relevância para um indivíduo no setor urbano-marginal?

4.1 - Verificação Empírica

Há que se fazer algumas observações acerca da escolha do teste estatístico para a verificação das questões formuladas. A pesquisa que deu origem a este trabalho obteve informações de Fortaleza e das cidades de Sobral, Crato e Juazeiro do Norte, para o estado do Ceará. Do total dos questionários aplicados utilizamos 353 da capital (Fortaleza) e 190 para o conjunto das outras cidades (Interior), cujo critério foi a necessidade de termos questionários completos com relação às informações requeridas e fazer comparações entre a Capital e o Interior. A opção foi pelo teste simples de comparação de médias,

primeiro por causa do tamanho da amostra e segundo em virtude do próprio interesse na análise dos dados. (*)

A primeira questão levantada pode ser reformulada nos seguintes termos: para um migrante, quanto mais adaptado ele estiver ao novo meio urbano menor será seu grau de sub-utilização. O tempo de residência seria o responsável pela eliminação do choque cultural provocado pela mudança.¹⁶ Portanto, espera-se que, em média, seu índice de sub-utilização diminua quando aumenta o tempo de residência. **OCME-BIBLIOTECA**

A questão dois foi colocada simplesmente para verificar até que ponto ocorre a discriminação de sexo para os indivíduos pertencentes aos setores urbano-marginais pesquisados.

Com relação à educação formal dividimos os indivíduos em dois grandes grupos: analfabetos e alfabetizados, sendo o primeiro constituído de pessoas que tivessem no máximo dois anos de estudo na escola formal. A questão formulada é a de que,

(*) A escolha deveu-se tendo em vista, principalmente, que o interesse é o simples relacionamento entre amostras de tamanhos diferentes com "tratamentos" diferentes. O "tratamento" pode ser a educação formal, grau de urbanização, "discriminação" do mercado de trabalho com relação ao sexo dos indivíduos, etc. Por exemplo, será feita a comparação entre migrantes recentes e migrantes antigos; grupo de indivíduos analfabetos e grupo de indivíduos alfabetizados. A comparação entre os grupos será feita através da média dos índices de sub-utilização em cada caso.

¹⁶ B. H. Herrick em "Urban Migration and Economic Development in Chile" supõe que a migração é realizada através de estágios, no sentido de que o migrante deixa o setor rural transferindo-se para um centro pequeno, para em seguida ir para um maior. Os conhecimentos adquiridos em cada estágio são responsáveis pela absorção do choque cultural. Na pesquisa que deu origem ao presente trabalho não foram detectados, em grande número, casos de migração por estágios. É de se esperar que o tempo se encarregue da eliminação do choque cultural quando da chegada ao centro urbano atual e, por conseguinte, o migrante seja menos sub-utilizado.

em média, não existe diferença entre os dois grupos de indivíduos em termos de índice de sub-utilização, isto é, a educação formal é irrelevante para os indivíduos pertencentes aos setores urbano-marginais pesquisados.

Para a quarta questão dividimos os indivíduos em dois grupos, independentes de qualquer outro atributo: migrantes e não migrantes. A questão formulada leva em conta que existe alguma vantagem econômica para os não migrantes em relação aos migrantes, dado que os primeiros possuem uma maior familiaridade com o centro urbano onde residem e, portanto, são supostos possuírem um maior volume de informações sobre o mercado de trabalho como um todo. Por outro lado, os migrantes em virtude de não possuírem tantas informações, poderão compensar tal aspecto com uma maior disposição e motivação para o trabalho. Além disso, os migrantes ainda não se submeteram às cadeias de decepção pelas quais já passaram os não migrantes. Dado o "tratamento" (migrante ou não migrante) a questão é verificar, se em média, existe diferença no grau de sub-utilização de ambos os grupos.

Finalmente, a questão cinco foi formulada tendo em vista o seguinte raciocínio: a sub-utilização de um indivíduo diminui à proporção que ele vai ficando mais velho, porém, a partir de certa idade começa a aumentar. A verificação desta questão será feita dividindo-se, os indivíduos em dois grupos, definidos a partir de um certo limite arbitrário de idade, e comparando-se as médias dos índices de sub-utilização de ambos.

4.2 - Resultados dos Testes

A verificação empírica das questões levantadas é apresentada tendo em vista as duas medidas alternativas referidas anteriormente. A alternativa I nos dá o índice de sub-utilização de acordo com o que um indivíduo "entende" ser sua situação no mercado de trabalho. A alternativa II é aquela que con

sidera como renda "ideal" o salário mínimo. Os testes realizados para cada variável independente são confrontados para as duas alternativas, o que permite inferir acerca das diferenças entre as aspirações individuais e a "imposição da sociedade". Em primeiro lugar os testes são apresentados para o total das cidades e em seguida faremos algumas comparações entre a Capital e o Interior. Os níveis de significância estatística considerados são 5 e 1%.

BCME-BIBLIOTECA

1) Tempo de Residência - Consideramos dois grupos de indivíduos migrantes: um com menos de 5 anos de residência e outro com mais de 5, no centro urbano atual. Para a alternativa I não existe diferença entre os grupos para os dois níveis de significância considerados. Significa dizer que, admitindo-se 5 anos como sendo um período razoável para a adaptação de um indivíduo migrante, a situação econômica dos migrantes não se altera (portanto não melhora) quando aumenta o tempo de residência. A alternativa II evidencia que, para o nível de 5%, os migrantes recentes são mais sub-utilizados de que os antigos, enquanto que para 1% não existe diferença entre os grupos, o que pode indicar, que a perda de renda com relação ao salário mínimo não é tão grande.

2) Sexo - As duas medidas alternativas revelam que, para os níveis de significância considerados, a mulher apresenta-se em condições econômicas inferiores, em relação ao homem. Mesmo admitindo que o nível de aspiração da mulher seja inferior ao do homem, estes resultados demonstram as condições precárias do trabalho feminino nos setores urbano-marginais pesquisados.

3) Educação Formal - Para a alternativa I os indivíduos considerados analfabetos apresentam-se menos sub-utilizados do que os alfabetizados. A explicação para essa constatação pode ser a de que os analfabetos apresentam um nível de aspiração, com relação a renda "ideal", menor do que o dos alfabetizados e/ou porque os primeiros sujeitam-se a qualquer tipo de

trabalho. A alternativa II demonstra que não existe qualquer diferença entre os grupos o que confirma a explicação acima.

4) Origem - A alternativa I demonstra que os migrantes nos setores pesquisados apresentam-se menos sub-utilizados do que os não migrantes, para os dois níveis de significância. Isso pode ser um indivíduo da maior disposição e/ou motivação dos migrantes para o trabalho. E ainda, é possível que os não migrantes tenham um maior grau de frustração e aspirem a uma renda "ideal" aquém daquela desejada pelos migrantes.

Para a alternativa II os migrantes apresentam-se em melhores condições econômicas do que os não migrantes para o nível de significância de 5%. Ao nível de 1% não existe diferença entre os grupos, o que pode indicar que a diferença apresentada anteriormente não é tão grande em termos de perda de renda com relação ao salário mínimo.

5) Idade - Consideramos dois grupos de indivíduos: um com idade entre 14 e 40 anos, inclusive, e outro com idade superior a 40 anos. Os testes mostraram que, para a alternativa I os indivíduos com menos de 40 anos são mais sub-utilizados do que os demais, para os dois níveis de significância. Isso sugere que a diferença ocorre tendo em vista que os indivíduos mais novos têm um maior grau de aspiração em termos de renda "ideal".

Para a alternativa II, quando todos são nivelados "idealmente" pelo salário mínimo não existe nenhuma diferença significativa, entre os grupos, o que demonstra a observação a cima.

Capital X Interior

A comparação entre a Capital e o Interior foi feita da seguinte maneira: fixamos uma variável independente e comparamos as médias dos índices de sub-utilização calculados. Os níveis de significância estatística são os mesmos.

BCME - BIBLIOTECA

1) Sexo - A comparação entre o homem da Capital e do Interior revela que o primeiro tem um maior grau de aspiração em relação ao segundo. Quando são nivelados pelo salário mínimo não apresentam diferença significativa em termos do índice de sub-utilização.

Com relação ao sexo feminino ocorre apenas que a mulher da Capital possui melhores condições econômicas que a do Interior, porém apresentam o mesmo grau de aspiração.

2) Origem - O migrante no Interior tem a mesma aspiração relativa que o migrante na Capital. Quando são nivelados pelo salário mínimo, o migrante no Interior apresenta piores condições econômicas que o migrante na Capital.

Com relação ao não migrante, pela alternativa I, tanto na Capital como no Interior, o nível de aspiração de ambos é o mesmo. Considerando a alternativa II o não migrante no Interior apresenta piores condições econômicas do que o não migrante na Capital.

3) Educação Formal - Para os analfabetos na Capital e no Interior não existe diferença entre seus níveis de aspiração. Quando são nivelados pelo salário mínimo, o analfabeto no Interior, apresenta piores condições econômicas do que o analfabeto na Capital.

Com relação aos alfabetizados, pela alternativa I, tanto na Capital como no Interior, o nível de aspiração de ambos é o mesmo. Considerando a alternativa II, o alfabetizado no Interior apresenta piores condições econômicas do que alfabetizado na Capital, somente para o nível de significância de 5%. Para 1% apresentam as mesmas condições em relação ao salário mínimo.

4) Total - Para a totalidade dos residentes nos setores urbano-marginais da Capital e do Interior, os testes revelaram que: para a alternativa I, não existe diferença em termos de sub-utilização entre os grupos, enquanto que, para a alternativa II, os indivíduos pertencentes aos setores urbano-mar

ginais do Interior apresentam piores condições econômicas do que os equivalentes da Capital, relativamente ao salário mínimo vigente na época da pesquisa.

Conclusão

BCME - BIBLIOTECA

O quadro abaixo foi construído a fim de facilitar as conclusões dos resultados apresentados pelos testes realizados para o conjunto das cidades.

Os advérbios que aparecem nas interseções de linhas e colunas significam "existe diferença" (sim) e "não existe diferença" (não). Por exemplo, para a variável "Tempo de Residência", considerando a alternativa II, existe diferença entre os grupos de migrantes ao nível de significância de 5%, enquanto que para o nível de 1% ocorre o contrário.

Resultado dos Testes para o Conjunto das Cidades Pesquisadas

ALTERNATIVAS VARIÁVEIS	I		II	
	5%	1%	5%	1%
1. Tempo de Residência	Não	Não	Sim	Não
2. Sexo	Sim	Sim	Sim	Sim
3. Educação Formal	Sim	Sim	Não	Não
4. Origem	Sim	Sim	Sim	Não
5. Idade	Sim	Sim	Não	Não

Sem considerar a direção em que os grupos diferem uns dos outros, podemos concluir que, afóra o fato de que se sempre haver diferença entre os grupos para a alternativa I, o mesmo não podemos dizer com relação a alternativa II. Exceto

para a variável "Sexo", a alternativa II demonstra que, quando os indivíduos são nivelados pelo salário quer dizer, não são "permitidos" expressarem-se acerca de sua renda "ideal", não existe diferença entre os mesmos (veja nível de significância de 1%). Isso nos leva a conclusão de que quaisquer que sejam as "qualidades" de um indivíduo nos setores urbano-marginais pesquisadas elas não terão qualquer influência sobre seu grau de sub-utilização, o que evidencia a perpetuação das precárias condições de vida existentes.

Levando em conta os setores urbano-marginais da Capital e do Interior comparações feitas considerando a alternativa I, revelam que, em geral, os "marginais" da Capital apresentam o mesmo grau de sub-utilização que os "marginais" do Interior. Isso pode ser um indício de que as condições de vida existentes têm as mesmas peculiaridades, quer para a Capital quer para o Interior, sendo refletidas na aspiração de cada indivíduo.

Quando os indivíduos são igualados pelo salário mínimo os entrevistados no Interior apresentam, em geral, piores condições econômicas que aqueles na Capital. Os testes empíricos realizados dão um indício de que tais condições podem favorecer a um maior afluxo de pessoas do Interior para a Capital, com exceção do sexo masculino e do alfabetizado. Um indivíduo que reunir as seguintes "qualidades" mulher, migrante e analfabeto é um candidato em potencial para migrar do Interior para a Capital, se as condições existentes permanecerem as mesmas.

Em resumo, o que se pode concluir da análise empírica é que nem sempre as aspirações dos indivíduos coincidem com aquilo que a "sociedade" lhes impõe. Tomando o nível de significância de 1%, sem considerar o sexo dos indivíduos pesquisados, a verificação das questões formuladas pela alternativa I leva a conclusões contrárias comparadas com os resultados obtidos utilizando a alternativa II.

Quando os indivíduos são nivelados pelo salário mínimo as características individuais escolhidas são praticamente irrelevantes, para o grau de utilização de suas forças-de-trabalho. Por exemplo, "educação formal" apresenta-se com pouca (ou nenhuma) influência no sentido de diminuir a "renda perdida" dos indivíduos.

A comparação feita entre os setores urbano-marginais da Capital e do Interior revela a posição inferior do segundo em relação ao primeiro, tomando o salário mínimo como renda "ideal". Isso leva à conclusão de que existe um diferencial de renda efetiva entre os setores urbanos e que poderá favorecer a um maior afluxo de indivíduos pertencentes ao setor urbano-marginal do Interior para o correspondente na Capital.

Toda a análise sugere que se tenha como objetivo a diminuição da renda perdida, mesmo admitindo ser impossível aos indivíduos atingir a posição ideal desejada.

Fixado o objetivo, resta a adoção de medidas para atingí-lo. Não cabe aqui discutir se esse objetivo é conveniente ou politicamente viável, e sim se dispõe de algum mecanismo que o torne exequível.

Supondo que o salário mínimo institucional seja "ideal" e que ainda é impossível sua observância no setor urbano-marginal, o que sugerimos no presente trabalho é o aumento da renda dos "marginais" através de "transferências", quer em termos de bens e serviços, quer em termos monetários. Poderíamos enumerar uma infinidade de exemplos, porém nos fixaremos em alguns pontos básicos já consagrados: alimentação, saúde, moradia e redistribuição de renda. Como será visto adiante, a preocupação com a melhoria das condições de vida dos "marginais" tem um caráter tipicamente de curto ou curtíssimo prazo, uma vez que esse é o caráter geral das necessidades desses indivíduos.

A definição de um padrão alimentício de acordo com os costumes locais, bem como o barateamento dos vários itens que o constituem, serviria como diretriz para o primeiro

ponto. Com relação à saúde, além do aperfeiçoamento do sistema de atendimento atual é necessário que se facilite aquisição dos remédios para o tratamento, através de financiamento total ou parcial. Para moradia é necessário que se proporcione um sistema de financiamento mais realista a fim de evitar o esvaziamento ou a sua não aquisição, observando-se também a localização dos imóveis. Finalmente, a redistribuição no sentido estrito seria simplesmente as classes abastadas financiarem as classes comprovadamente não abastadas.

A adoção das medidas sugeridas seria compatível com a política de reativação da demanda interna, principalmente para aqueles bens que satisfazem às necessidades básicas e, portanto, ficaria resguardada uma consequência econômica positiva.

5 - COMENTÁRIOS FINAIS

Após procedermos a análise empírica gostaríamos de fazer algumas considerações acerca do setor urbano-marginal estudado, como um resultado de observações grosseiras dos dados da pesquisa que deu origem a este trabalho. Estas considerações julgamos de importância para uma justificativa geral dos resultados empíricos obtidos neste trabalho.

O setor urbano-marginal em estudo apresenta uma série de peculiaridades que podem influenciar de algum modo o comportamento dos indivíduos a ele pertencentes. Dentre elas podemos destacar as seguintes: i) mercado de trabalho "dual"; ii) mecanismo de sobrevivência em "desacordo" com a ordem social; iii) nível de aspiração ou frustração influenciado por crenças religiosas; iv) convivência pacífica entre pobreza e lazer.

i) O dualismo do mercado de trabalho relaciona-se à existência de indivíduos engajados em atividades com vínculos "formais" de trabalho e de indivíduos engajados em atividades cujos vínculos são determinados pelo contato direto com uma "clientela" que demanda, principalmente, serviços. O primeiro tipo de vínculo é caracterizado pela existência de um único "padrão" e materializa-se, às vezes, através da "carteira de trabalho". O segundo, que é predominante, é um tipo de vínculo onde os "patrões" contratam, não um empregado, mas uma tarefa específica e determinada, finda a qual cessam os laços que os une ao "trabalhador". A cessação dos laços não impede sua renovação posterior que seria o início da criação de uma cadeia de laços de clientela.

ii) Os mecanismos de sobrevivência relacionam-se às atividades desempenhadas pelos indivíduos pertencentes ao setor. Como o emprego predominante é o "não formal", um indivíduo trabalhando não possui um único "patrão", aquele que lhe as sinaria a "carteira de trabalho" ou o ampararia no caso de in

fração da lei, e, portanto, não goza de um benefício que este tipo de vínculo proporciona, o qual poder-se-ia chamar de "reconhecimento social". O "reconhecimento social" teria como principal consequência evitar a detenção de indivíduo, durante as rondas policiais noturnas (blitz), por motivo de vadiagem. Os trabalhadores que formam o "grosso" da força-de-trabalho do setor urbano-marginal são desprovidos de tal "reconhecimento", e, portanto, geralmente, são punidos por um crime previsto por lei.

Os dados obtidos da pesquisa citada na nota 5 mostraram que grande parte dos trabalhadores é "por conta própria" ou "autônomos". Isto significa a existência de um número variado de "patrões" e o contato direto torna-se o meio mais importante de aumentar a renda real. Uma maior ou menor habilidade em contactar é refletida numa maior ou menor renda; ao mesmo tempo, um aumento do número de indivíduos nas atividades próprias dos "conta própria" implica numa redução da renda real individual e provavelmente da renda real total.

Admitindo que todos os indivíduos têm a mesma habilidade (ou inabilidade), a redução da renda real individual, em virtude do aumento do número de indivíduos nas atividades predominantes do setor urbano-marginal, traz consigo uma série de implicações. Como já foi analisado na seção 2, o aumento da oferta de trabalho no Setor é provocado pelo crescimento natural da força-de-trabalho, transferência de pessoas do setor moderno, resultado de distorções no mercado de fatores, e transferências populacionais das zonas rurais ou de centros urbanos menores. Esta redução na renda real individual provoca uma reação instintiva, onde a preservação da vida passa a ser o objetivo único e quaisquer que sejam os meios utilizados são perfeitamente justificáveis, do ponto de vista de quem os utiliza. Estes meios variam desde atividades de subsistência até a mendicância, passando por atividades ilegais do ponto de vista fiscal e/ou jurídico. Como estas últimas atividades são consideradas crimes, a legislação prevê punições, o que significa dizer que os meios

não são justificáveis do ponto de vista da "sociedade".

iii) Algo de grande importância para o setor urbano-marginal é o grau de influência exercida por crenças religiosas sobre o comportamento dos indivíduos que o compõem. Este aspecto parece ainda não ter sido objeto de estudo em outras pesquisas, não tendo sido também no presente trabalho com maior profundidade. Vale salientar que na maioria dos casos obteve-se informações acerca das possibilidades de melhoria, exteriorizando uma esperança nas "dádivas divinas". Além disso, é muito comum, por exemplo, vê-se pessoas pertencentes a famílias de baixa renda contribuírem para a construção de templos religiosos que é algo aparentemente irracional do ponto de vista da distribuição da baixa renda familiar entre itens de primeira necessidade. No entanto elas estão cientes de que assim fazendo terão uma "compensação" e portanto ficam igualmente satisfeitas. Provavelmente a religião, no sentido amplo, não se constitui no elemento responsável por um maior grau de sub-utilização. No entanto, poderíamos investigar até que ponto as restrições de cada religião estariam sendo disseminadas erroneamente e influenciando negativamente no comportamento dos indivíduos, favorecendo a continuidade do setor urbano-marginal. Claramente este é um assunto que envolve maiores e melhores qualificações a fim de não suscitar acusações indevidas. A intenção foi muito mais chamar a atenção para esse aspecto do que emitir juízos conclusivos. O que é certo é a simplicidade com que os "marginais" afirmam que suas vidas são como são pela vontade do "Todo Poderoso" e qualquer melhoria ocorrerá por conta de Sua vontade. Religião é um ópio e como ópio um excelente instrumento de diminuição de tensão social, principalmente para esta camada social.

iv) A convivência pacífica entre pobreza e lazer é uma conclusão a que chegaria um estudioso desavisado ao indagar a um indivíduo pobre se ele deseja trabalhar mais horas do que o faz, ao salário-hora vigente, e obter uma resposta negativa. É preciso qualificar que um esforço adicional de traba

lho requer mais energia e que o ganho obtido pode não ser suficiente para compensar a perda adicional de energia. A opção deve ser encarada em termos de trabalhar (mais horas) e viver do mesmo modo. Neste ponto o estado nutricional, com todas as suas implicações sobre a capacidade física e intelectual, desempenha um papel fundamental na atividade produtiva do indivíduo e no grau de utilização de sua força-de-trabalho. A teoria econômica tradicional simplesmente despreza de sua contagem um indivíduo desse tipo para o cálculo do desemprego/subemprego. Permanece a tarefa de se investigar não somente o porque da relutância, mas ainda, um tipo de política mais adequado para eliminar esse estado de coisas.

Das considerações feitas acima podemos tirar uma série de conclusões que indicam ser impossível a existência de fatores endógenos que aliviem o estado de coisas nos setores urbano-marginais.

Em primeiro lugar, uma oferta de trabalho perfeitamente elástica funciona como um fator negativo para a barganha da força-de-trabalho. O fluxo constante de indivíduos à procura de uma ocupação vindos de outros setores devem tornar, insuportáveis as condições de trabalho em termos dos ganhos obtidos.

Em segundo lugar, os mecanismos de sobrevivência utilizados para compensar as precárias condições de trabalho referidas acima muitas vezes apresentam-se vantajosas, mesmo sabendo-se a alto risco incorrido. Daí a relação pobreza/marginalidade criminal merecer uma atenção toda especial, principalmente para aqueles indivíduos principiantes.

Em terceiro lugar, o estado nutricional surge como uma conseqüência de ganhos inadequados e que deverá influir decisivamente no comportamento psicológico dos indivíduos, e no próprio desempenho de suas capacidades produtivas.

Dado que as forças endógenas tendem a perpetuar as condições de vida existentes no setor urbano-marginal, a al

ternativa é a atuação direta minorando as dificuldades e a adoção de política de longo prazo visando a identificação e eliminação das causas do problema da pobreza em geral.

Em quarto lugar o que se pode dizer é simplesmente corroborar a opinião do Prof. Galbraith: "o primeiro e o mais elementar efeito da pobreza é reforçar as próprias atitudes e o próprio comportamento que a faz autoperpetuante".¹⁷

SCME-BIBLIOTECA

BIBLIOGRAFIA GERAL

ECME-BIBLIOTECA

- 1 - BHAGWAT, A. "Main Features of the Employment Problem in Developing Countries", Staff Papers, vol. XX, março de 1973.
- 2 - COSTA, R. V. "Desenvolvimento Regional, Balanço de Década", Revista Economica do Nordeste, BNB, Nº 19, jan/mar de 1974.
- 3 - GALBRAITH, J. K. "Economia Paz e Humor", Artenova, 1972.
- 4 - GEITHMAN, D. T. e LANDERS, C. E. "Obstacles to Labor Absortion in a Developing Economy: Colombia, a Case in Point", Department of Economics, University of Florida.
- 5 - GOODMAN, D. E. e CAVALCANTI, R. "Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste", Coleção Relatórios de Pesquisas, IPEA, Vol. 20.
- 6 - HAGEN, E. E. "The Classical Theory of the Level of Output and Employment", Readings in Macroeconomics, editado por M.G.Muller
- 7 - HARRIS, J. R. e TODARO, M. P. "Migration, Unemployment and Development: A Two Sector Analysis", The American Economic Review, Vol. LX, março de 1970.

ECHE - BIBLIOTECA

- 8 - HERRICK, B. H. "Urban Migration and Economic Development in Chile", MIT Press, 1965.
- 9 - LEWIS, W. A. "Economic Development with Unlimited Supplies of Labour" Manchester School of Economic and Social Studies, vol. XXII, 1954.
- 10 - MILTON da Mata, Eduardo Werneck R. de Carvalho e Maria Thereza L.L. de Castro e Silva, "Migrações Internas no Brasil", Coleção Relatórios de Pesquisas, IPEA, vol. 19
- 11 - NURKSE, R. "Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries", Oxford, 1957.
- 12 - ROSENSTEIN - Rodan, P. N. "Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe", The Economic Journal, vol. LII, 1943.
- 13 - SILVA, J.H.G. "Sub-Utilização de Recursos Humanos: Aspectos Teóricos", Estudos Econômicos, IPE/USP, vol. 4, 1974.
- 14 - SJAASTAD, L. "The Costs and Returns of Human Migration", Journal of Political Economy, outubro de 1962.
- 15 - TODARO, M. P. "A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries", The American Economic Review, LX, março de 1970.